



Encomendado estudo ao Observatório de Justiça

TRIBUNAIS O Ministério da Justiça (MJ) pediu ao Observatório da Justiça, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, um estudo acerca da jurisdição fiscal e administrativa, com a finalidade de identificar os factores de estrangulamento nos Tribunais Administrativos e Fiscais.

As alterações ao mapa judiciário, a revisão do Estatutos dos magistrados e dos oficiais de justiça e a abertura dos cursos para formar 126 magistrados são acontecimentos que deverão marcar o ano judicial, que hoje começa.

Segundo informação do Ministério da Justiça, relativamente à alteração da Lei de Organização do Sistema Judiciário (mapa judiciário), a proposta já foi aprovada em reunião de secretários de Estado, faltando ir a Conselho de Ministros, após o que será submetida à Assembleia da República (AR).

Apesar de o processo legislativo estar dependente da AR, o Governo manifesta-se empe-

nhado em concretizar as alterações, designadamente reactivar 20 tribunais e “alargar” a competência material das actuais secções de proximidade, de modo a que ali se realizem julgamentos criminais, a partir de Janeiro de 2017.

O Ministério da Justiça promete reactivar os tribunais previstos, logo que seja publicada a legislação, admitindo que o único processo que poderá ser faseado é o dos desdobramentos na área de Família e Menores. Segundo o MJ, o acesso à jurisdição de família e menores fica facilitado a mais de 880 mil cidadãos, sendo que destes, 178.331 têm idade inferior a 19 anos, beneficiando, de modo particular, as populações das comarcas de Leiria, Viseu e Viana do Castelo.

Na área penal, as alterações – circunscritas aos julgamentos em tribunal singular - permitirão, de acordo com dados do MJ, reaproximar da justiça cerca de 240 mil cidadãos, com maior expressão nas comarcas de Bragança, Viseu e Portalegre. «